

Do velho ao novo Nordeste:
região, cultura e planejamento
de Gilberto Freyre a Franklin
de Oliveira

From the old to the new
Northeast: region, culture and
planning from Gilberto Freyre
to Franklin de Oliveira

Ricardo de Souza Rocha¹



Ricardo de Souza Rocha
Do velho ao novo Nordeste:
região, cultura e planejamento de
Gilberto Freyre a Franklin de Oliveira

Dossiê

Resumo: O artigo propõe um percurso desde o “velho” ao “novo” Nordeste, isto é, de como a região Nordeste passou de centro a periferia. Amparando-se, em parte, na tese da historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias sobre a “interiorização da Metrópole”, entende-se o processo de construção do Estado-Nação Brasil como uma (re)colonização do território a partir das metrópoles do Centro-Sul – Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte – sobre as demais regiões brasileiras, entendidas como o “interior”. Nesta direção, propõe-se analisar como se constitui a “região-problema” nordestina, bem como as tentativas de superação de suas mazelas, com destaque para a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Paralelamente, será abordada sua transmutação exatamente em um sinônimo, não só de região-problema, como, principalmente, de região explorada, de acordo com a obra de Franklin de Oliveira, enquanto território não apenas geográfico e sim simbólico. O artigo se encerra com uma breve comparação com o caso argentino, posto que no país vizinho a “Questão Regional” também surge como resposta às demandas do “interior”, em meio ao desenvolvimento da ideologia do planejamento. **Palavras-chave:** região; planejamento; Gilberto Freyre; Celso Furtado; Franklin de Oliveira

Abstract: The article proposes a journey from the “old” to the “new” Northeast, that is, how the Northeast region in Brazil passed from the center to the periphery. Relying, in part, on the thesis of historian Maria Odila Leite da Silva Dias on the “internalization of the Metropolis”, the process of construction of the Nation-State Brazil is understood as a (re)colonization of the territory from the metropolises of the Center-South – Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte – over other Brazilian regions, understood as the “interior”. In this direction, it is proposed to analyze how the Northeastern “problem region” is constituted, as well as the attempts to overcome its problems, with emphasis on the creation of



the Superintendency for the Development of the Northeast (SUDENE). The article ends with a brief comparison with the Argentine case, since in the neighboring country the “Regional Question” also appears as a response to the demands of the “interior”, amid the development of planning ideology. **Keywords:** region; planning; Gilberto Freyre; Celso Furtado; Franklin de Oliveira

Ricardo de Souza Rocha
Do velho ao novo Nordeste:
região, cultura e planejamento de
Gilberto Freyre a Franklin de Oliveira



É amplamente conhecida a tese da historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias sobre a “interiorização da Metrópole”, processo que, em suas próprias palavras, “referia-se ao fato de que a partir da Independência nós passamos a ser a Metrópole de nós mesmos. A construção do Estado [brasileiro] foi uma recolonização a partir do Rio [de Janeiro]” (DIAS, 2005b, p. 1). A noção de uma “interiorização da Metrópole”, ao entender o Brasil enquanto corpo autônomo de Portugal, desloca a dialética Metrópole portuguesa/ Colônia brasileira em direção às relações centro(s)/ periferia(s), metrópole(s) brasileira(s)/ “interior” do país. A construção do Estado-Nação Brasil, nesta chave, pode ser entendida como uma (re)colonização do território a partir de uma região de metrópoles do Centro-Sul – Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte – sobre as demais regiões brasileiras, entendidas como o “interior”².

Nesta direção, o que se propõe neste texto é flagrar como uma região inicialmente “central”, o Nordeste, que abrigou o primeiro centro de poder da América Portuguesa, a cidade de Salvador, transforma-se em “periferia”³, em “região-problema” no entendimento dos próprios intelectuais nordestinos. Para tanto, recorreremos ao trabalho de Gilberto Freyre (1961a; 2001) que, em *Casa-grande e senzala*, desenvolve um clássico de interpretação do Brasil a partir da região açucareira pernambucana, em seu “doce” auge, tratando de sua decadência em *Sobrados e Mucambos*. Não obstante, mais do que em Freyre, encontraremos em outro pensador pernambucano, Josué de Castro, o marco de um olhar crítico para a caracterização da antiga região centro do poder na América Portuguesa como região problemática.

Este flagrante será seguido do exame de duas tentativas de superação das mazelas regionais, seja na ideologia pragmática do desenvolvimento ou planejamento regional, com destaque para a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) – no caso, através da atuação do economista paraibano Celso Furtado (FURTADO, 2017); seja em chave simbólica e cultural, como na obra tardia do próprio Gilberto Freyre, em suas elucubrações ao redor da ideia de “Trópico”.

Paralelamente a estas tentativas de superação do Nordeste como região-problema, será abordada a seguir sua transmutação exatamente em um sinônimo, não só de região-problema, como, principalmente, de região explorada pelo centro do poder político-econômico, de acordo com a obra de Franklin de Oliveira. Com isso, continua-se a falar do Nordeste enquanto região, mas não mais apenas geográfica e sim predominantemente simbólica, no sentido dos esteriótipos arraigados no ideário nacional. Além disso, avança-



se na compreensão de como o papel do “interior”, ou das regiões distantes dos centros de poder político e econômico, nos processos de modernização nacional, relaciona-se às disputas que têm o território como palco.

Nesse sentido, o artigo se encerra com uma breve comparação com o caso argentino, onde a “Questão Regional” também surge como resposta às demandas de uma região do “interior” do país, em consonância com o surgimento das noções e instrumentos atrelados à ideologia do desenvolvimento/planejamento.

O Nordeste como região: de centro a periferia

Partindo do Nordeste tradicionalmente “doce” de Gilberto Freyre, descrito em *Casa-grande e senzala*, ao qual segue-se *Sobrados e Mucambos* como marco do processo de decadência regional após o ciclo do açúcar, chegaremos, ainda nesta seção, ao Nordeste como “barril de pólvora” ou “região explosiva” em Josué de Castro, isto é, até o início de seu entendimento como região problemática – tema que será retomado a seguir, exemplificado pela criação da SUDENE, através da atuação de Celso Furtado no governo de Juscelino Kubitschek. A intenção desta seção, portanto, é dar início a um percurso que culmina no “Novo Nordeste” ou o nome dado a crise do estado do Rio Grande do Sul, no início dos anos 1960, pela análise realizada através das lentes do jornalista Franklin de Oliveira.

No artigo *Visões da insuficiência: o Nordeste e o desenvolvimento regional no pensamento social brasileiro*, André Martins procura exatamente examinar como estes intelectuais nordestinos, Gilberto Freyre, Josué de Castro, Celso Furtado – excetuando-se o maranhense Franklin de Oliveira – entendiam as questões do desenvolvimento do ponto de vista de sua região. Castro e Furtado, mais propriamente, contribuindo para o florescimento da ideia, bastante longa⁴, aliás, da necessidade de intervenção estatal federal para solucionar os problemas do Nordeste – uma região que de rica e importante torna-se “problemática”:

delimitada, aliás às vésperas da década de 1920, e como área de uma intervenção específica do Governo Federal, quando da criação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (Ifocs), embrião do mais conhecido Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs). Desta delimitação, pinçaram-se características ‘regionais’ que reforçariam a ação político-parlamentar *em bloco* para angariar, junto à União, as providências ‘verbas’ (MARTINS, 2011, p. 72-73).⁵

Ricardo de Souza Rocha
Do velho ao novo Nordeste:
região, cultura e planejamento de
Gilberto Freyre a Franklin de Oliveira



Como será visto, Oliveira também irá incorporar a ideia da necessidade de intervenção do governo federal para solucionar os problemas do “Novo Nordeste” brasileiro – o Rio Grande do Sul – principalmente, em função da crítica dirigida à concentração, pelo Plano de Metas de JK, de incentivos e investimentos no Sudeste, prioritariamente em São Paulo. Isto, apesar da apologia do trabalho do economista John F. Normano (1939), autor de obras como *Evolução econômica do Brasil* e *A Luta pela América do Sul* (1944), não obstante, talvez, uma das origens teóricas dando sustentação ao aludido processo de concentração industrial⁶.

Começando, assim, pela noção de “regionalismo” na obra e no pensamento de Gilberto Freyre, iniciemos o percurso com as palavras do próprio sociólogo pernambucano no Manifesto regionalista de 1926:

A maior injustiça que se poderia fazer a um regionalismo como o nosso seria confundi-lo com separatismo ou com bairrismo. Com anti-internacionalismo, antiuniversalismo ou antinacionalismo. Ele é tão contrário a qualquer espécie de separatismo que, mais unionista que o atual e precário unionismo brasileiro, visa a superação do estadualismo, lamentavelmente desenvolvido aqui pela República - este sim, separatista - para substituí-lo por novo e flexível sistema em que as regiões, mais importantes que os Estados, se completem e se integrem ativa e criadoramente numa verdadeira organização nacional. (FREYRE, 1996, p. 47-75).

Em sua concepção, portanto, seria o conjunto de regiões que formaria *verdadeiramente* o Brasil e não uma coleção arbitrária de estados, grandes e pequenos, em ferrenha disputa econômica entre si, esta sim uma situação prejudicial à unidade nacional. Se, como propõe André Martins, um dos propósitos fundamentais do Movimento Regionalista seria o de “zelar pelas expressões da cultura nordestina, suas tradições, defendendo-as do perigo de serem abandonadas”, é possível acompanhar o autor quando sugere que estaria desse modo, portanto, “colocada a proposta de adotar a região como ferramenta metodológica” (MARTINS, 2011, p. 74)⁷.

Talvez mais do que isso, para Freyre: “a casa-grande, embora associada particularmente ao engenho de cana, ao patriarcalismo nortista, não se deve considerar expressão exclusiva do açúcar, mas da monocultura escravocrata e latifundiária em geral: criou-se no Sul o café tão brasileiro como no Norte o açúcar” (FREYRE, 2001, p. 55); ao que arremata: “a história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro (...). O estudo da história



íntima de um povo tem alguma coisa de introspecção proustiana; os Goncourt já o chamavam ‘*ce roman vrai*’ (FREYRE, 2001, p. 56). Em outras palavras, a história do Nordeste açucareiro seria algo como um romance de formação (*Bildungsroman*) do brasileiro.

Esse Nordeste “adocicado pela tradição” será, no entanto, “salgado pela modernidade”. No prefácio à terceira edição de *Sobrados e Mucambos*, Gilberto Freyre comenta: “*a valores essenciais ou, antes, existenciais – como são os agrários, os rurais, os telúricos – podem juntar-se – à base dessa constante e através de um esforço de integração que interrompa o desvio da economia brasileira para a exclusiva industrialização urbana*” (FREYRE, 1961a, p. 14). Interromper o “desvio” da economia brasileira para a exclusiva industrialização urbana, nada mais explícito enquanto posição distinta das “metas” do governo JK. Se *Casa-grande e Senzala* constitui uma história do Nordeste açucareiro como romance de formação do brasileiro, *Sobrados e Mucambos* dá conta de sua decadência diante do novo ciclo econômico e da nova região centro do poder – não esquecendo como a economia do café, com suas representações culturais e urbanas (pensemos no caráter “moderno” representado por sua associação com a estrada de ferro) se distanciavam do mundo dos engenhos de açúcar.

Passando ao exame do Nordeste como “barril de pólvora” em Josué de Castro, se, em Freyre, a tradição adocicada da antiga rica capitania dos engenhos de açúcar, cuja capital rivalizava enquanto centro econômico com o centro político constituído em Salvador, perdia sua doçura diante do salgado processo de modernização/ industrialização encabeçado pelo Centro-Sul; com relação ao autor de *Geografia da fome* (1946) e *Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, uma região explosiva* (1965), podemos resumir o argumento, destacando de saída, junto com Martins, a observação de Castro de que “em meados da década de 1950, a fundação da primeira das Ligas Camponesas ocorrera com o objetivo inicial de assegurar aos camponeses da *região açucareira* [grifo nosso] o direito a uma morte digna” (apud MARTINS, 2011, p. 77). A seguir o autor reporta a matéria de Tad Szule sobre a região, publicada no jornal americano *The New York Times*, em 31 de outubro e 1 de novembro de 1960: tudo apontava para que, escreve Szule, desde o Recife, “o mais forte centro comunista no Brasil”, estaria se formando uma revolução à chinesa ou à cubana, que explodiria o “barril de pólvora” configurado pela situação de extrema exploração e pobreza no Nordeste (apud MARTINS, 2011, p. 79)⁸.

Retrocedendo alguns anos, ainda sumarizando a discussão proposta por Martins, seria a partir de 1945, com um novo pacto federativo, e suas



ressonâncias na Constituição Federal de 1946⁹ – como a destinação de 3% da arrecadação de impostos federais para o desenvolvimento das áreas atingidas pelas secas no Nordeste – sob a égide do nacional-desenvolvimentismo e da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) que a região nordestina emergiria como “problema nacional”. Nesse período, começavam a ficar claras as desigualdades regionais brasileiras, bem com a concentração, em São Paulo, dos índices de crescimento industrial, com o estado possuindo mais da metade do valor adicionado pelas indústrias produtoras de bens de produção¹⁰ – tema retomado por Franklin de Oliveira, como será visto adiante.

Retrocedendo ainda mais, utilizando as lentes da longa (média) duração, a preocupação com uma revolução que explodiria o “barril de pólvora” – de uma região há muito “salgada”, portanto – que constituía a situação de seca e pobreza no Nordeste, não configurava propriamente uma novidade. Durante o Império, por exemplo, “o sentimento de insegurança social e o ‘haitianismo’, ou o pavor de uma insurreição de escravos ou mestiços como a que se dera no Haiti em 1794, não devem ser subestimados como traços típicos da mentalidade da época” (DIAS, 2005a, p. 23). Desde sua instalação no Rio de Janeiro, a Corte portuguesa não hesitou em sobrecarregar com impostos – sobre a exportação de açúcar, tabaco, algodão e couros, entre outras tributações criadas – as províncias do “norte” do Brasil, em função das despesas crescentes com o funcionalismo e demais “membros” recém-instalados em terras tropicais, além dos gastos com as várias obras públicas então realizadas.

Declarada a independência do país, como lembra a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, a situação não melhorou:

No primeiro reinado, o ministro inglês Chamberlain escrevia para [George] Canning manifestando a sua grave apreensão com a indiferença e o descaso manifestados pelo governo do Rio para com os problemas de miséria e seca que agitavam o Império, da Bahia para o Norte, tornando cada vez mais iminente e perigosa a centelha de uma revolução que poderia cindi-lo (DIAS, 2005a, p. 26).

O ciclo narrado por Gilberto Freyre em *Casa-grande e senzala* não havia nem mesmo se encerrado completamente, com sua “doce” economia da cana-de-açúcar, e já havia sido iniciado o “salgado” processo de “interiorização da Metrópole”. “Abandonada” a região “da Bahia para o Norte”, da antiga capital colonial, Salvador, para “cima”, isto é, deslocado o centro de poder para a região



Centro-Sul, com a transferência da capital para o Rio de Janeiro, a região-problema do Nordeste ameaçava se separar do Brasil diante da indiferença da Corte.

Mais de um século depois, a situação ainda permanecia a mesma

nos anos de 1950 a concentração produtiva regional alcançou um patamar até então inédito, dando margem ao surgimento da Questão Regional no Brasil, que focalizava uma região específica: o Nordeste. Além dos aspectos econômicos, a Questão Regional foi impulsionada pelos efeitos da seca de 1958 na região, pelo surgimento das Ligas Camponesas, pela emergência de movimentos sociais urbanos e eleição de representantes da esquerda, numa conjuntura marcada pela Revolução Cubana, que também influenciava levantes rurais e clamores por reforma agrária e pela atuação progressista da Igreja católica na região (OLIVEIRA; WERNER, 2014, p. 13).

Não obstante, assinalemos que “da Bahia para o Norte” o século XX trouxe a novidade da “Questão Regional no Brasil”, e que esta focalizava uma região específica: o Nordeste. Em outras palavras, o deslocamento geográfico do centro de poder no território dá início à “Questão Regional”. Por outro lado, ainda de acordo com Oliveira e Werner, no mesmo século XX:

Ao superar as demais “ilhas regionais” (...), São Paulo se posicionava como o futuro centro produtivo nacional (...). Se antes de 1930 havia uma clara orientação das atividades econômicas do país para o exterior [o “arquipélago regional”], a partir de então a “internalização do centro dinâmico da economia” – os termos são de [Celso] Furtado ... – exigiria uma reestruturação da organização espacial da economia brasileira. E foi justamente de São Paulo que emanou, num primeiro momento (1929/30-1955/56), a articulação comercial entre as diversas regiões brasileiras, fundamental para a constituição do mercado interno nacional (...). Foi ali que se constituiu o principal parque industrial do país, de onde seria intensificado o incipiente fluxo de mercadorias entre polo e periferia (OLIVEIRA; WERNER, 2014, p. 9-10).

Concentração do poder do Estado na Corte, concentração do poder econômico em São Paulo. A “interiorização da Metrópole”, de Maria Odila Dias, para o caso Rio de Janeiro/ processo (político) de Independência; a “internalização do centro dinâmico da economia”, de Celso Furtado, para São Paulo e a modernização econômica nacional; ambos exigindo uma

Ricardo de Souza Rocha
Do velho ao novo Nordeste:
região, cultura e planejamento de
Gilberto Freyre a Franklin de Oliveira



reestruturação da organização espacial do poder – político, econômico etc – no território brasileiro, concentrando-se no Centro-Sul. E, neste processo

não bastava apenas prover as condições estruturais da articulação entre as diversas regiões brasileiras, mas... principalmente acomodar os diversos interesses regionais no âmbito do Estado Nacional. [Assim], foi crucial a política econômica que promoveu uma “limpeza do terreno”. À parte a centralização política, favorecida pela ditadura iniciada em 1937, ações como interligações rodoviárias e reformas do sistema de tributação interestadual favoreceram enormemente o movimento de industrialização e o processo de concentração produtiva em São Paulo (OLIVEIRA; WERNER, 2014, p. 10).

Ora, a “colonização interna nacional” total, preconizada por J. F. Normano (ver adiante), como solução final para as desigualdades entre “metrópole interiorizada” e seu novo “interior”, nada mais seria que tal processo levado até as últimas consequências. A concentração de poder no Rio de Janeiro, como fórmula para barrar as tendências centrífugas de dispersão, econômica inclusive, das províncias ou estados, quer na figura de Dom Pedro ou Getúlio Vargas, ao sofrer o brutal deslocamento territorial da capital federal para o “interior”, com a construção de Brasília, se realinha com a definição da região Sudeste como prioritária para a constituição do parque industrial nacional.

Tentativas de superação de uma região-problema e da região como problema: da ideologia do planejamento regional à utopia cultural do Trópico

No período onde acontece a entrada em cena de Celso Furtado – com seu “amor ao Estado” (OLIVEIRA, apud MARTINS, 2011, p. 84) – instituem-se: o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952, e seu Escritório de Estudos Técnicos sobre a economia da região (Etene); a “Operação Nordeste” e o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), em 1956, do qual sairia o estudo *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*; culminando com a criação, primeiro do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno) e, depois, da SUDENE, em 1959. Isto é, consolida-se a ideia da necessidade de intervenção estatal do governo federal para sanar as mazelas da região, algo que perdura até os dias de hoje, haja vista a retomada das “superintendências de desenvolvimento” a partir dos anos 2000 e toda a discussão recente sobre a



polêmica transposição do Rio São Francisco.

De qualquer forma, nos anos seguintes, como observaria o próprio Celso Furtado, se a SUDENE havia sido criada para

canalizar e expressar uma vontade política regional. Face às crescentes desigualdades entre Estados, o princípio federativo somente seria salvo se emergissem instâncias decisórias intermediárias. A fórmula que se encontrou consistiu na adesão voluntária dos governadores da região a um órgão deliberativo destinado a gerar uma vontade política regional e a exercer essa vontade dentro do governo federal, no legislativo como no executivo. Não se tratava apenas de lidar com as questões específicas da região, mas também estar presente nas instâncias que definem a política global do país, a fim de que nenhuma decisão maior fosse tomada sem ter em conta seus efeitos na região economicamente mais débil. (FURTADO, apud MARTINS, 2011, p. 87).

Do Nordeste como “ferramenta metodológica” de interpretação nacional em Gilberto Freyre, passando pelo “barril de pólvora” de Josué de Castro, chegamos, com Celso Furtado, à criação efetiva de um órgão como a SUDENE, constituindo uma “instância decisória intermediária”, reunindo os estados da região “economicamente mais débil”, como forma de, mais do que “salvar” o princípio federativo, ter maior poder de fogo diante das crescentes disputas resultantes das desigualdades entre os estados da federação brasileira. Para Giacomoni e Pagnussat (2006, p. 31) se a construção de Brasília e os novos corredores de transportes, principalmente rodoviários, foram os instrumentos determinantes para a interiorização do desenvolvimento no país, a criação da SUDENE, em 1959, foi o principal marco da estratégia de desenvolvimento regional.

Amélia Cohn (1976), em seu livro *Crise regional e planejamento*, propõe analisar o processo que levou à criação da Sudene. Para a autora tratar-se-ia, em suma, de uma crise regional que se converte em problema nacional diante das “condições gerais de expansão do sistema capitalista no Brasil contemporâneo”, tornando necessário examinar o conjunto das “relações entre a região abrangida pela Sudene e o centro hegemônico interno do sistema capitalista em fase de expansão/ integração no Brasil, representado pelo Centro-Sul” (COHN, 1976, p. 9-10) – exatamente a estratégia adotada por Franklin de Oliveira para a análise do caso do Rio Grande do Sul, aproximando-o, simbolicamente, do Nordeste ao mesmo tempo que o afastava do “Centro” ou Sudeste. Entendido como parte

Ricardo de Souza Rocha
Do velho ao novo Nordeste:
região, cultura e planejamento de
Gilberto Freyre a Franklin de Oliveira



desse sistema, o “retrocesso” econômico da região Nordeste alude ao fato de sua condição de fornecedora de mão de obra e de capital para o polo dinâmico da economia, o centro hegemônico representado pelas regiões Centro-Sul. Não obstante, para a referida autora,

a crise regional nordestina não pode ser explicada por uma referência direta às exigências globais do processo de acumulação capitalista no Brasil – *a não ser na medida em que as tensões sociopolíticas regionais sejam encaradas como ameaças potenciais à integridade e sobrevivência do sistema global* [grifo nosso] – visto não haver fundamento para sustentar que é no seu âmbito que a região emerge como problema (COHN, 1976, p. 159).

Daí a importância de referirmos a ideia da região como “barril de pólvora” em Josué de Castro, olhando-a, inclusive, desde a “média duração”, posto que a perda de importância política como centro do poder, com a transferência da capital do Vice-Reino de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, já prenunciava a futura perda de importância econômica do Nordeste.

De fato, o próprio Celso Furtado, em declaração que será retomada por ninguém menos que John F. Kennedy, dirá:

O Nordeste... constitui a mais extensa dentre as zonas de mais baixo desenvolvimento ou mais agudamente subdesenvolvidas, de todo o Hemisfério Ocidental.

O Nordeste é socialmente mais explosivo que a maioria das regiões mais subdesenvolvidas.

Como modificar o curso do processo histórico que está socavando a unidade deste grande País, ao mesmo tempo que permite a formação dentro de nossas fronteiras, de uma área que poderá vir a ser um problema para todo o hemisfério (Furtado apud COHN, 1976, p. 81).

Desde o ministro inglês Chamberlain, no primeiro reinado, até John Kennedy, no século XX, parece que o Nordeste constitui uma região-problema não só para o nosso centro dinâmico interno, como também para os centros dinâmicos externos.

Passando à superação da própria noção de “região” como problema, em meio ao desenvolvimento da utopia tropical de Gilberto Freyre, um tanto simbolicamente, no ano da inauguração de Brasília, logo após seu regresso da

Ricardo de Souza Rocha
Do velho ao novo Nordeste:
região, cultura e planejamento de
Gilberto Freyre a Franklin de Oliveira



Europa, Gilberto Freyre profere um conjunto de conferências na Faculdade de Filosofia do Recife, reunidas em livro no ano seguinte, sob o título *Sugestões de um novo contato com universidades europeias*. Em seu “quase prefácio” podemos ler: “sinto que tenho o que dizer uma vez por outra aos jovens do meu País – especialmente aos da minha Província e da minha Cidade” (FREYRE, 1961b, p. 5). Curiosa concatenação de diferentes escalas geográficas e culturais, do contato com universidades “europeias”, passa-se ao País, à Província e à Cidade, instâncias, todas elas, marcadas com o uso de letras maiúsculas no original. Não obstante, para Freyre “a verdade é que minha pátria por assim dizer ecológica, sinto, cada dia mais, que em vez de ser só o Brasil, é o Trópico. Todo o mundo tropical” (FREYRE, 1961b, p. 13).

Nessa direção, portanto, parece claro o projeto cultural de Gilberto Freyre para a constituição desde sua cidade, o Recife, capital de sua província de Pernambuco, de um centro *inter-nacional* de discussões sobre o(s) trópico(s), sobre “todo o mundo tropical”, a partir dos Seminários de Tropicologia, instituídos ainda em meados da década de 1960.

Cinco anos após as conferências sugerindo um novo contato com universidades europeias, Freyre apresentaria no Simpósio sobre Problemática Universitária, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a proposta da introdução de um seminário (que ele denominava do tipo *Tannebaum*¹¹) sobre tropicologia, ou o estudo sistemático do mundo tropical (MIRANDA, 1983, p. 47). Quase que imediatamente, o sociólogo obteve o apoio de seus conterrâneos, participantes do Simpósio, e de membros do Conselho Universitário da UFPE, e os seminários foram então instituídos com o apoio do então Reitor Murilo de Barros Guimarães, no ano de 1966, de maneira conveniada ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. De acordo com Miranda:

O centro de convergência das reflexões, estudos, apreciações é o universo tropical, o qual se desdobra em temas diversos que partem de realidades mais próximas e concretas atendendo a situações especificamente regionais e se aprofundam em questões que abarcam áreas tropicais e se transpõem em análises sobre a ação cultural compreendida em seu sentido sociológico e antropológico. O componente cultural, portanto, é visto em sua mobilidade, interpenetrado com problemas e temas que implicam as influências e as relações simbióticas do homem e seus valores culturais e naturais. (MIRANDA, 1983, p. 48)

Ao longo dos anos e das muitas edições do Seminário de Tropicologia,



é possível ter uma ideia de suas pretensões gerais através das temáticas de suas várias edições, fazendo-se notar, inclusive, o esforço representado pelo projeto editorial paralelo – apenas um único volume, o referente ao Seminário de Tropicologia do ano de 1967, por exemplo, tratando dos temas “Trópico e sociologia, pintura, jardim, estudos geográficos, saúde, trajes, indústria”, possui quase quinhentas páginas.

Desse modo, temos, nos primeiros oito anos de publicações sobre o seminário, até uma interrupção parcial deste no ano de 1974 (MIRANDA, 1986):

- Seminário de Tropicologia de 1966 (publicado em livro em 1969): Trópico e colonização, nutrição, homem, religião, desenvolvimento, educação e cultura, trabalho e lazer, culinária, população;

- Seminário de Tropicologia de 1967 (publicado em 1971): Trópico e sociologia, pintura, jardim, estudos geográficos, saúde, trajes, indústria;

- Seminário de Tropicologia de 1968 (publicado em 1974): Trópico e língua e literatura, instituição militar, energia solar, esportes, transportes, arquitetura, farmacopeia, música, tropicalidade como conceito ecológico-geográfico;

- Seminário de Tropicologia de 1969 (publicado em 1976): Trópico e pesca, sexo, universidade, profilaxia, algodão, madeira, política internacional, arqueologia, pecuária;

- Seminário de Tropicologia de 1970 (publicado em 1977): Trópico e ciência política, livro escolar, educação média, olhos, cidade, fruticultura, comunicação, marinha;

- Seminário de Tropicologia de 1971 (publicado em 1977): Trópico e artes plásticas, política, tráfego aéreo, fenômeno urbano, turismo, pediatria social, poluição, dentes, museus;

- Seminário de Tropicologia de 1972 (publicado em 1978): Trópico e saneamento, solos, via férrea, estudos de pós-graduação, iluminação, favela, comunicação móvel;

- Seminário de Tropicologia de 1973 (publicado em 1979): Trópico e decoração, condicionamentos físicos, tecnologia, rios, escultura, campus universitário, conservação de bibliotecas e arquivos, “*play-grounds*”, ginástica higiênica;

Assim listadas as diversas temáticas das várias edições do Seminário de Tropicologia, por vezes parece que nos deparamos com uma classificação fantástica e ou literária semelhante a encontrada na fictícia enciclopédia chinesa intitulada *Empório celestial de conhecimentos benévolos*, presente no famoso conto *O idioma analítico de John Wilkins*, do livro *Otras Inquisiciones* (BORGES, 1960), do escritor argentino Jorge Luis Borges – que, não obstante,



costumava observar que sabidamente não há classificação do universo que não seja arbitrária e conjectural. No entanto, entre minerais, Maurício de Nassau, alguns naturalistas europeus, gado caprino, comemoração do Natal, é possível, por exemplo, distinguir no Seminário de Tropicologia realizado no ano de 1975 assuntos bastante avançados para a época, como, por exemplo, Trópico e problemas de conciliação do moderno com o ecológico tropical, desenvolvimento industrial, valores tropicais de cultura ante o impacto desenvolvimentista etc (MIRANDA, 1986).

De fato, é importante lembrar que os seminários não eram realizados de maneira concentrada em uma única data e, sim, de maneira dispersa ao longo dos meses do ano. O Seminário de Tropicologia de 1975, em realidade, ocorreu, por exemplo, do seguinte modo (CUNHA *et al.*, 2010, p. 19-20):

– I Reunião ordinária no dia 29 de abril de 1975. Título: Problemas de conciliação do moderno com o ecológico Tropical. Conferencista: Aloísio Magalhães, designer Comentador: Francisco César Leal, poeta, crítico literário;

– II Reunião ordinária no dia 27 de maio de 1975. Título: Desenvolvimento industrial e Trópico. Conferencista: Severo Fagundes Gomes, advogado, sociólogo. Comentadores: Mário Lacerda de Melo, geógrafo Sérgio Guerra, economista;

– III Reunião ordinária no dia 19 de junho de 1975. Título: Valores Tropicais de cultura ante os impactos desenvolvimentistas. Conferencista: José Walter Bautista Vidal, físico, engenheiro. Comentadores: Fausto Alvim Júnior, matemático Roberto Motta, antropólogo;

– IV Reunião ordinária no dia 26 de agosto de 1975. Título: Minerais e Trópico. Conferencista: Luís Siqueira, geólogo. Comentadores: Alcides Nóbrega Sial, geólogo Sílvio Pessoa de Carvalho, advogado;

– V Reunião ordinária no dia 30 de setembro de 1975. Título: Maurício de Nassau e o Trópico brasileiro. Conferencista: Alfredo Carlos Schmalz, humanista. Comentadores: Flávio da Matta Guerra, historiador Nelson Nogueira Saldanha, jurista, sociólogo;

– VI Reunião ordinária no dia 29 de outubro de 1975. Título: Alguns naturalistas europeus e o Trópico brasileiro. Conferencista: Armando de Albuquerque Souto Maior, historiador. Comentadores: Sebastião Vila Nova, sociólogo José Césio Regueira Costa, estatístico;

– VII Reunião ordinária no dia 25 de novembro de 1975. Título: A cabra e o Trópico: uma nova perspectiva de sua inter-relação. Conferencista: Mauro Ramos da Mota e Albuquerque, geógrafo. Comentadores: Guilherme Antonio



da Costa Filho, veterinário Abdias Cabral de Moura Filho, sociólogo

– VIII Reunião ordinária no dia 16 de dezembro de 1975. Título: Comemoração do Natal no Brasil Tropical. Conferencista: Monsenhor Severino Leite Nogueira, humanista Comentadores: João Alberto Martins Sobral, jornalista Lucilo Varejão Filho, escritor.

Nessa direção, lembrando o referido esforço editorial empreendido paralelamente à realização dos seminários – com mais de trinta volumes publicados em pouco mais de três décadas, entre os anos de 1966-1998 – pode-se ser destacado, entre outros, o volume referente ao Seminário de Tropicologia do ano de 1977, publicado dez anos depois, dedicado à cidade do Recife. Tratando, entre outros temas¹², em suas várias reuniões ordinárias mensais, de ecologia atlântico tropical do Recife projetada nos seus característicos e projetável nos seus planejamentos urbanos, o Recife eurotropical como porto exportador e importador de significação brasileira, o Recife eurotropical na economia inter-regional do Brasil, estas foram, no entanto, precedidas de uma reunião preparatória, em 29 de março de 1977, com a participação do próprio Gilberto Freyre, abordando o tema *Em torno da presença do Recife eurotropical em letras eurotropicais*.

O seminário daquele ano de 1977, com seus esforços todos focados no Recife, não poderia terminar de outra forma, a não ser com uma última reunião ordinária tratando justamente da importância do Recife para o mundo tropical através do atual começo de sistematização dos estudos tropicológicos. A reunião teve como conferencista Mário Lacerda de Melo, geógrafo, e como comentadores Roberto Motta, antropólogo, Gilberto Osório de Andrade, geógrafo e Maria do Carmo Tavares de Miranda, filósofa, posteriormente diretora-geral dos próprios Seminários de Tropicologia ao longo da década de 1980.

Se a preocupação de Gilberto Freyre “com as questões específicas do universo dos Trópicos em sua singularidade e diversidade perpassa toda sua obra, não sendo a Tropicologia senão o ponto para o qual converge todo o seu pensamento desde a juventude” (CUNHA *et al.* 2010, s/p.), no Seminário de Tropicologia, do ano de 1977, fica evidente o acima referido o projeto cultural de Gilberto Freyre para a constituição, desde o Recife, de um centro *inter-nacional* ou *euro-tropical* de discussões sobre o(s) trópico(s), a partir da instituição dos Seminários de Tropicologia, desde de meados da década de 1960 até os dias de hoje. E a última reunião daquele ano não deixa dúvidas a respeito: *a importância do Recife para o mundo tropical* como centro *inter-nacional* de pesquisas visando a *sistematização dos estudos tropicológicos*. Verdadeira utopia tropical, na melhor



tradição de desrecalque do modernismo brasileiro, de transformação de uma capital da “região-problema” nordestina em centro cultural dos trópicos – como em uma emergência definitiva da “Florença dos trópicos”, na definição poética do escritor francês Albert Camus, quando de sua passagem pela capital pernambucana em 1949.

Nesse sentido, do entendimento da região como ferramenta metodológica, capaz de zelar pelas expressões da cultura nordestina, suas tradições, defendendo-as do perigo de serem abandonadas (MARTINS, 2011, p. 74), passa-se ao Trópico, quase como um aspecto de fundamentação “ontológica”, não obstante, criticamente confrontado ou configurado desde a realidade de uma região-província-cidade com aspectos geográficos, ecológicos, culturais e econômicos específicos – desde *Casa-grande e Senzala*, e apesar de sua transmutação ao Trópico, a “região” continua a fundamentar a obra de Freyre, desta feita a dialética entre Pernambuco enquanto região capitaneada política e economicamente por Recife e as regiões tropicais do planeta, o “Trópico”, do qual o mesmo Recife representaria, então, uma capital cultural.

O “Novo Nordeste”

Talvez já antes do início do século 20, São Paulo, como foi mostrado antes, começava a disputar a condição de metrópole nacional com o Rio de Janeiro. Desse modo, para além de uma colonização desde o Rio de Janeiro durante o Império, teríamos, a partir de então, a disputa entre metrópoles, com a centralização econômica na indústria paulista. No período em análise, voltando à segunda metade do século 20, já se tornara possível referir-se ao “imperialismo paulista” (OLIVEIRA, 1961, p. XXXI), diante dos apontados privilégios fiscais conferidos pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek para a região Sudeste.

Se o economista J. F. Normano apontava, nos anos de 1930, São Paulo, o Distrito Federal (Rio de Janeiro) e o Rio Grande do Sul como responsáveis por produzirem 80% das rendas federais (NORMANO, 1939, p. 181); algo aconteceria, nas duas décadas seguintes em meio ao panorama do pós-guerra, alterando tal situação, posto que, nas palavras do então governador Leonel Brizola “a crise que suporta o Rio Grande do Sul é um problema de ordem nacional” (BRIZOLA apud OLIVEIRA, 1961, p. XL) – e, mais uma vez, uma crise regional transformava-se em problema nacional. De fato, Franklin de Oliveira apontava que, no ano de 1958, apoiando-se em dados da renda nacional, era possível observar que “somente duas unidades da Federação – o atual Estado da



Guanabara [Rio de Janeiro] e o Estado de São Paulo, geraram quase a metade da renda, ou seja, 498 bilhões de cruzeiros (47%)” (OLIVEIRA, 1961, p. 27).

Mais detalhadamente, entre os anos de 1960 e 1961, o jornalista publicaria uma série de artigos sobre o Rio Grande do Sul no jornal carioca *Correio da Manhã*. Reunidos em livro posteriormente, sob o título *Rio Grande do Sul um Novo Nordeste*, e, segundo informações do próprio autor no prefácio da segunda edição, esgotado em algumas semanas, o livro chegaria a sua segunda edição ainda no ano de 1961. Esta repercussão do livro pode ser averiguada, por exemplo, por correspondência de ninguém menos que o próprio Leonel Brizola, então governador do estado, incorporada à segunda edição. Nela é possível ler:

Verificamos que o ilustre patricio participa do nosso ponto de vista de que a crise que suporta o Rio Grande do Sul é um problema de ordem nacional, tanto por se tratar de uma região importante do País, que responde com cerca de 10% da renda nacional, como por representar um fenômeno que atinge muitos Estados da Federação, notadamente do Norte e Nordeste. Todos esses Estados e regiões sofrem consequências da política econômica que vem sendo, nestes últimos tempos, adotada e imprimida ao nosso País. Ultimamente, com a concentração de inversões na região mais desenvolvida do País, à qual foram destinados os maiores investimentos de infraestrutura, o desenvolvimento de indústrias de base e estímulos para a iniciativa privada, aquelas consequências atingiram limites de verdadeira iniquidade. (BRIZOLA apud OLIVEIRA, 1961, p. XL).

Exatamente no mesmo período em que a noção de região se transforma no pensamento de Gilberto Freyre, que passa ao conceito mais amplo de “Trópico”, surge a ideia de um “Novo Nordeste”, através das análises de Franklin de Oliveira, sobre a situação econômica gaúcha – lembrando que o “velho” Nordeste, passava para o primeiro plano da articulação planejamento regional-nacional, com a SUDENE e a atuação de Celso Furtado. Como dito anteriormente, Oliveira – como Brizola e Furtado – parte da necessidade de intervenção do governo federal para solucionar as mazelas da região; assim como, acompanhado novamente por Brizola e Furtado¹⁵, critica a concentração de investimentos no Sudeste, principalmente em São Paulo, diante dos

brasileiros esquecidos ou as regiões brasileiras deserdadas. Regiões, áreas brasileiras dilapidadas. Espoliadas na sua riqueza humana.



Esbulhadas na sua riqueza material. Preteridas e nunca ouvidas nas suas reivindicações. Como hoje o Rio Grande do Sul. Como ontem a Amazônia, o Meio-Norte ou o Nordeste, símbolo e paradigma das áreas brasilienses entregues à própria sorte (OLIVEIRA, 1961, p. XV)

Ainda segundo Oliveira “a grande luta que se vai travar, no novo período governamental a se instalar depois de 31 de janeiro de 1961, é a luta pela programação regional do desenvolvimento” (OLIVEIRA, 1961, p. 45). É bom lembrar que as várias superintendências de desenvolvimento regional no Brasil, coincidência ou não, seriam criadas nos próximos anos, abrangendo a Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em 1966, a Superintendências de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), criada em 1967, e a própria a Superintendência de Desenvolvimento da “Região Sul” (SUDESUL), também criada em 1967.

Voltando aos argumentos de Franklin de Oliveira, o novo uso que atribuía a palavra-região “Nordeste”, entendida como símbolo e paradigma, se justificava

em face da própria Constituição brasileira, em cujo texto se encontra a primeira tentativa de transferir o conceito de Nordeste do plano meramente geográfico para o plano econômico e social. É no que resulta a instituição do Polígono das Secas, no qual se inserem áreas que geograficamente não são Nordeste (OLIVEIRA, 1961, p. XV)

Assim, são retomados pontos como a necessidade de intervenção estatal federal, os aportes da Constituição de 1946 dirigidos ao Nordeste, a concentração de investimentos no Sudeste do país, principalmente no estado de São Paulo, em função do Plano de Metas elaborado pelo governo de Juscelino Kubitschek. Por outro lado, reviravolta bastante curiosa, se nestes mesmos anos o regionalismo de Gilberto Freyre subsume no(s) Trópico(s), o “Nordeste” enquanto noção referente a uma região, “símbolo e paradigma” das áreas brasileiras preteridas, capaz de ultrapassar a mera divisão por estados, passa, nas mãos de Oliveira, aos limites territoriais e administrativos de um único estado meridional, no caso o Rio Grande do Sul.

Entretanto, a maior ambiguidade do livro de Franklin de Oliveira talvez seja a apologia do trabalho do economista John F. Normano, “*lecturer*” de economia em Harvard¹⁴, como dissemos inicialmente, talvez, não obstante, uma das fontes teóricas que poderia ter dado sustentação ao processo de concentração industrial e econômico no Sudeste brasileiro:

Ricardo de Souza Rocha
Do velho ao novo Nordeste:
região, cultura e planejamento de
Gilberto Freyre a Franklin de Oliveira



J. F. Normano não foi apenas o primeiro a descobrir aquilo que hoje se chama de a *dualidade básica* do Brasil. Tão pouco foi só o primeiro a falar do nosso *imperialismo interno*, nos nossos Estados como *colônias internas*, e em designá-los de *Estados-satélites*. Foi também o primeiro que viu como “todos os estágios econômicos coexistem hoje no Brasil: existe o mundo primitivo no sertão, economia medieval nas cidadelas do interior, a economia moderna nas cidades” (OLIVEIRA, 1961, p. XXXIV)

Oliveira citava uma reportagem da revista paulista *Visão*, de 27 de janeiro de 1961, onde se dizia “que de fato, há uma enorme desproporção entre o desenvolvimento econômico, social e cultural de São Paulo e o das demais regiões do país” agregando a ideia de “imperialismo paulista” (OLIVEIRA, 1961, p. XXXI).

Normano (1939, p. 181), escrevendo nos anos 1930, apontava que “São Paulo, o Distrito Federal e o Rio Grande do Sul produzem 80% das rendas federais”, estabelecendo uma diferença entre “dois Brasis”, o “Brasil econômico” e o “Brasil político”, entendendo este último como o próprio território do país. Isto é, pondo em destaque as relações entre as regiões dinâmicas e industrializadas do Brasil econômico e o restante do território não ocupado ou economicamente atrasado – antecedendo, portanto, o famoso livro de Jacques Lambert (1970) também sobre os “dois brasis”. Com isso, desenvolvera a tese ou teoria da “deslocação de fronteira”, ou seja, da ocupação e incorporação econômica de todo o território “político” de uma nação, transformando-o em território “econômico”, ou simplesmente sua total “colonização interna nacional”¹⁵.

Ainda seguindo Normano, ‘contrariamente à concentração industrial (...) nos Estados Unidos, o que existe no Brasil é a dispersão industrial’. Normano, assim, propunha a necessidade de incorporação econômica do “interior” e a concentração industrial, capitaneada por alguma “metrópole”. Curiosa e ambigualmente, justamente o processo que Franklin de Oliveira estava a criticar: a concentração industrial principalmente em São Paulo, em função dos incentivos dados pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek.

Excursão argentino: o “interior” e a ideologia do planejamento

Nesta seção o interesse recai em estabelecer um paralelo com um país vizinho, no sentido de como os problemas, ou crises de uma região, acabam



por conduzir, ao longo do século passado, à questão do planejamento regional. Em outras palavras, como a “Questão Regional”, e a paralela ideologia do planejamento, surgem no país vizinho.

Nessa direção, portanto, diante do panorama histórico que opõe Buenos Aires ao restante do país, examinado por Adrian Gorelik (1999) em *Buenos Aires e o país: figurações de uma fratura*, presente neste volume, pode-se dizer que, paralelamente, tendo como referência o arco histórico compreendido entre a definição do Polígono das Secas no Nordeste, previamente aos anos 1920, até a criação da SUDENE, no final da década de 1950, assistimos na Argentina e no Brasil, a processos comparáveis historicamente. Nesse quadro, nos interessa ver, como Gorelik, a conformação de uma verdadeira “especialização dos significados da nação”, em grande medida relacionada a certas tentativas de (re)organização do “interior” em direção ao planejamento “regional” como planejamento “total” de um território nacional.

O caso Argentino, é bom destacar de saída, se estrutura um tanto distintamente, a partir de origens não completamente estatais, se pensarmos no *Primer Congreso de Planificación Integral del Noroeste Argentino* (PINOA), realizado no ano de 1947, na tentativa de um conjunto de cidades e províncias do interior, articuladas em caráter regional, conseguirem se contrapor a preponderância econômica portenha. O PINOA constitui, assim, interessante experiência pioneira antecedendo a criação, na escala nacional, do *Consejo Nacional de Desarrollo* (CONADE), em 1961 (JAURÉGUI, 2013)¹⁶.

Nessa direção, seria de interesse aqui comentar a (re)publicação de um dos trabalhos do pensador argentino Bernardo Canal Feijóo – *De la estructura mediterránea argentina* – sob o sugestivo título *Ensayos sobre cultura y territorio* (2010), na coleção *La ciudad y las ideas*¹⁷ dirigida por Adrián Gorelik e publicada pela Universidade de Quilmes. Como comentado na sinopse do livro, Canal Feijóo (2010) consegue edificar uma posição descentrada frente aos relatos maiores da cultura nacional argentina, posto que, diferentemente de intelectuais como Ricardo Rojas¹⁸ e outros, nasceu e desenvolveu “*una buena parte de su vida y de su producción intelectual en su Santiago [del Estero] de origen, donde vivió y trabajó hasta sus cincuenta [años]*” (MARTÍNEZ, 2012), distintamente, portanto, de uma parcela significativa dos relatos sobre a cultura “nacional” argentina, realizados desde Buenos Aires.

Um dos temas abordados nos últimos capítulos de *La estructura mediterránea argentina* – texto publicado originalmente em 1948, com Canal Feijóo recém instalado em Buenos Aires, e que consiste em uma série de notas compreendendo



dez anos de trabalho – era exatamente a realização do PINOA, em sua cidade natal Santiago del Estero. O PINOA, como vêm mostrando pesquisadores argentinos (MARTÍNEZ, 2012), pôs em cena, no país vizinho, um debate sobre a organização do espaço e os correlatos interesses econômicos e políticos, regionais e nacionais. O evento foi atravessado, em grande parte, por uma tensão fundamental tratada por Canal Feijóo em *La estructura mediterránea argentina*, a saber uma disputa interna, em meio ao campo nascente dos economistas e planejadores, ao redor dos modelos de referência disponíveis no contexto internacional do pós-guerra: o “comunista” da União Soviética, com a preponderância do papel do Estado; no outro polo, mas não de todo distinta, a opção totalitária ou fascista italiana; e uma “terceira via” ou a “via democrática”, inspirada na planificação do Vale do Tennessee americano, *Tennessee Valey Authority* (TVA), que era a preconizada pelos articuladores do Congresso argentino, Canal Feijóo incluído.

John Friedman, responsável por um dos primeiros cursos de planejamento regional no Brasil¹⁹, havia tido contato direto com a planificação na TVA:

Durante semanas, eu vasculhei a biblioteca técnica da TVA procurando o Plano Diretor desta região, mas para meu espanto, não havia nada para ser encontrado. TVA era uma agência de planejamento com uma missão - sobre isso não havia dúvida. Mas o seu planejamento foi feito sem um plano regional abrangente. Eu estava atordoado por esta descoberta. Porque, se não havia nenhum plano, como era realizado o planejamento? Eu levaria décadas para encontrar a resposta desta pergunta, ou melhor, de como deveríamos pensar o planejamento (apud CHIQUITO, 2016, p. 82).

Ainda segundo Friedman, ele teria sido “o primeiro especialista sobre o desenvolvimento e o planejamento regional” (apud CHIQUITO, 2016, p. 85), distinguindo-o do planejamento urbano, que para ele seria muito mais ligado ao desenho, ao projeto. No caso do planejamento e desenvolvimento regional, a orientação seria mais direcionada às políticas de desenvolvimento.

Na biblioteca do autor há um exemplar do livro *The Valley and its people, a portrait of Tennessee Valley Authority* (DUFFUS, 1944), publicado em meados dos anos 1940, com a seguinte dedicatória do arquiteto brasileiro Stelio Moraes para outro arquiteto brasileiro, Ibsen Pivateli: “ao meu caro Ibsen, uma realidade norte-americana que é um sonho e será também uma realidade no nosso Brasil. Stelio, Knoxville, Ten[nessee] 28 de nov[embro] 1944”²⁰. O que mostra



o interesse de arquitetos brasileiros no mesmo assunto, com a informação adicional de que Stelio Moraes, que depois se dedicará a engenharia de tráfego como professor na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, teve contato direto com a experiência de planejamento americana. Como dirá o então governador Leonel Brizola, no início dos anos 1960, com relação ao livro de Franklin de Oliveira discutido antes: “posso dizer, sem receio de errar, que o Estado do Rio Grande do Sul madrugou no planejamento” (apud OLIVEIRA, 1961, p. XLIV). Ou o próprio Franklin de Oliveira “a grande luta que se vai travar, no novo período governamental a se instalar depois de 31 de janeiro de 1961. É a luta pela programação regional do desenvolvimento” (OLIVEIRA, 1961, p. 45).

Nestes anos²¹, portanto, tanto na Argentina quanto no Brasil, o planejamento tornara-se verdadeira obsessão de profissionais da arquitetura e políticos profissionais. Para Adrian Gorleik

Em termos estritos (...) esse tipo de “desenvolvimentismo” *avant la lettre* encontrou agora uma nova validação no discurso do “planejamento”: para Canal Feijóo, a superação do “projeto constitucional”, um projeto que foi possível graças a uma situação privilegiada de Buenos Aires que há muito deixara de ser produtiva, tornando-se a raiz da fratura nacional, encontrava-se no “projeto planejador”. O projeto constitucional foi um desenho “biológico”, no sentido de que com a situação de capital de Buenos Aires tinha “um mínimo de possibilidade opcional”. Mas devia chegar o dia em que se pensaria “organicamente no interior, na interioridade nacional; então, a consciência política não mais se sentiria obrigada a usar a palavra ‘constituição’; lançaria mão de uma expressão mais pertinente: falaria de ‘planejamento’”. Esta é a via para configurar o novo “País interior”: “o planejamento é a consciência política superior” de uma constituição “para dentro”, “uma constituição nacional que, no entanto, se ocupe das províncias” (GORELIK, 1999).

Nessa mesma direção, a noção de região poderia ser entendida como algo para além dos limites estaduais ou provinciais, reunindo conjuntos de cidades ou zonas do interior, com a intenção de conseguir algum poder de barganha em meio aos combates (territoriais) pela modernização/ modernidade nacional, com relação ao protagonismo desempenhado por capitais ou metrópoles. A “Questão Regional”, no Brasil ou na Argentina, surge de demandas econômico-sociais locais, crises, que encontram na ideologia do planejamento, que



se estruturava nessas décadas, a chave para sua superação. Seja o caso da região noroeste argentina, desde Canal Feijóo e o citado PINOA, de 1947; ou o aludido caso do Nordeste brasileiro, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE, através da mencionada atuação do economista Celso Furtado, em 1959.

O planejamento surgia como a via para configurar o novo “País interior” – quer nos reframamos ao Brasil ou Argentina – sendo sua ideologia uma espécie de “consciência política superior”, de uma constituição “para dentro”, “uma constituição nacional que, no entanto, se ocupe das províncias”, ocupando o interior e fazendo coincidir aquilo o que o economista americano John F. Normano (1939) entendia como sendo o “país econômico” com o “país político”. Colocando de outro modo, na mesma linha de raciocínio de Normano, tratava-se da expansão econômica e territorial de um país, dentro de seus limites políticos ou sua teoria da “deslocação de fronteira”, de ocupação e incorporação econômica de todo o território de uma nação – em uma única frase, a “colonização interna nacional”. Processo histórico do qual, diga-se de passagem, a transferência da capital brasileira do Rio de Janeiro para o Planalto Central, parece largamente tributária, na esteira das tradicionais “marchas para o Oeste”²².

Considerações finais

O deslocamento de sentido da expressão “região Nordeste” por Franklin de Oliveira e a mudança da própria noção de região em Gilberto Freyre, além de contemporâneos, dizem respeito a fenômenos relacionados. Parece claro que o regionalismo de Freyre transforma-se, na década de 1960, em “tropicalismo”, com todas as ressonâncias e ambiguidades as quais a noção remete. Ora, o regionalismo pode operar como face do nacionalismo – e também seu “oposto” – e, historicamente, é possível dizer que ele já havia sido incorporado dialeticamente pelo “americanismo”. A operação mental de Gilberto Freyre, não obstante, é inovadora por sua base “ecológica”, distinta da contiguidade territorial, étnica ou linguística do americanismo, da latinidade etc. Tratava-se de um amplo “projeto cultural” – que incluía até mesmo a arquitetura, o paisagismo e o urbanismo²³ – da criação de um centro de estudos mundial sobre os Trópicos, em sua província/ cidade natal, misturando origem, biografia e destino intelectual. Não parece menos significativo notar que tal projeto cultural surge no mesmo momento histórico em que o planejamento regional,



a partir do Nordeste – lembrando a importância do estado de Pernambuco na região – ganha corpo na intelectualidade e na política brasileiras.

A operação de Franklin de Oliveira também não deixa de ser “inovadora”, ao entender/ estender a ideia de “região Nordeste” como paradigma e símbolo para e das regiões brasileiras preteridas. Desde Euclides da Cunha, tanto “os sertões” nordestinos quanto a Amazônia são alvo das preocupações e do crivo crítico dos intelectuais brasileiros. Nesse caminho, se, historicamente, deve-se lembrar a Revolução Farroupilha como índice de um tratamento diferenciado – ou ausência deste – dispensado pelo Império ao Rio Grande do Sul – com sua correlata representação na cultura gaúcha; no Brasil republicano, as circunstâncias adquirem outros tons.

A reorganização política e econômica do país no pós-guerra/ pós-Vargas irá permitir que uma região, historicamente preterida (um dos argumentos da própria Revolução Farroupilha), mas fora do espectro das “regiões-problema”, passe a integrar essa categoria. Em outras palavras, como indício do processo de concentração industrial na região Sudeste naquele momento²⁴. E, nesse sentido, “Novo Nordeste” era uma categoria de base eminentemente sócio-econômica – e só derivativamente cultural – em total acordo com as tinturas marxistas do pensamento de Franklin de Oliveira.

O “Novo Nordeste” de Oliveira constituiu, nessa perspectiva, mesmo levando-se em conta sua não concretização – ou em função exatamente deste aspecto – um acerto histórico. Tanto quanto parece ter sido aquilo o que se pode admitir aqui como “o outro lado da moeda”, a saber o Nordeste “região-problema” de Celso Furtado, dada a “presença de Furtado nas resoluções do Programa de Metas (1956-1961), bem como agente coordenador da criação da SUDENE” (LANER *et al.*, 2020); lembrando suas próprias palavras de que “não se tratava apenas de lidar com as questões específicas da região, mas também estar presente nas instâncias que definem a política global do país” (FURTADO, apud MARTINS, 2011, p. 87). Na batalha entre regiões durante o governo JK, o “velho Nordeste”, através de Furtado, integrava-se na ideologia do planejamento (regional) desenvolvimentista, abrindo espaço para uma cisão na hegemonia do Centro-Sul, com o Sudeste, capitaneado por São Paulo, passando a explorar o “Novo Nordeste” ou Rio Grande do Sul.

Em suma, como mencionado acima, deve-se destacar que a “Questão Regional” surge nesses anos no Brasil – e, como ilustrado na seção anterior, também na Argentina – em resposta a crises e demandas econômico-sociais locais. Sejam as Ligas Camponesas do Nordeste açucareiro, ou ameaças mais



ou menos explícitas de separatismo, como foi o caso da criação da Secretaria de Desenvolvimento do Oeste, em Chapecó, Santa Catarina, nessa mesma época e contexto (SCHEFFER, 2019)²⁵. Tais crises regionais, acabaram encontrando na ideologia do desenvolvimento/ planejamento, então em formação, a chave para seu (suposto) enfrentamento.

Referências

BARROS, Alexandre. *Raízes das desigualdades regionais no Brasil*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

BORGES, Jorge Luis. *Otras inquisiciones*. Buenos Aires: Emece, 1960.

CANAL FEIJÓO, Bernardo. *De la estructura mediterránea argentina. Ensayos sobre cultura y territorio*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2018.

CARVALHO, Flávio *et al.* *Trópico e sociologia, pintura, jardim, estudos geográficos, saúde, traje, indústria*. Recife: UFPE, 1971.

CASTRO, Josué de. Le développement: virtualités et obstacles. In: *Tiers-Monde*, Paris, tome 5, n°20, 1964, pp. 649-660; https://www.persee.fr/doc/tiers_0040-7356_1964_num_5_20_1140. Acesso em: jan. 2022.

CHIQUITO, Elisângela. Entrevista com John Friedmann. *Risco - Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, São Carlos, v. 14, n. 2, p. 82-89, 2016.

COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

CUNHA, Lúcia Carvalheira; GASPAR, Lúcia; SILVA, Virgínia Barbosa da. Em torno do seminário de tropicologia, 1966-2001: uma contribuição histórico-bibliográfica. *Ciência & Trópico*, Recife, v. 29, n. 2, 2010. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/834>. Acesso em: 04/01/2022.

CRONON, William. *Nature's metropolis: Chicago and the Great West*. Nova Iorque: W.W. Norton, 1991.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005a.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Entrevista. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 de maio, 2005b.

DUFFUS, Robert L. *The Valley and its people, a portrait of Tennessee Valley Authority*.



Nova Iorque: Alfred Knopf, 1944.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961a.

FREYRE, Gilberto. *Sugestões de um novo contato com universidades europeias*. Recife: UFPE, 1961b.

FREYRE, Gilberto. *The mansions and the shanties: the making of modern Brazil*. Nova Iorque: Alfred Knopf, 1963.

FREYRE, G. et al. *I Seminário Nacional Arquitetura nos Trópicos*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 1985.

FREYRE, Gilberto. *Manifesto regionalista*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 1996, p.47-75.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FURTADO, Celso. *Celso Furtado: o desvelador da realidade nordestina*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2017.

GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz. (org.). *Planejamento e orçamento governamental*. Brasília: ENAP, 2006.

GOMES, Valdir. Colonização do Norte do Paraná: um olhar na perspectiva da administração e do meio ambiente. *Sociedade e Território*, Natal, v. 27, n.1, p. 87-100, 2015.

GORELIK, Adrian. Buenos Aires y el país: figuraciones de una fractura. In: ALTAMIRANO, Carlos (ed.). *La Argentina en el siglo XX*. Buenos Aires: Ariel, 1999. p.136-161 – traduzido pelo autor neste volume.

JÁUREGUI, Aníbal. La planificación en la Argentina: el CONADE y el PND (1960-1966). *Anuario del Centro de Estudios Históricos "Prof. Carlos S. A. Segreti"*, Córdoba, n. 13, p. 243-266, 2013

LAMBERT, Jacques. *Os dois brasis*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1970.

LANER, Izadora et al. O Estado e o planejamento regional no Brasil: as três perspectivas de análise (1951-1961). *URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, Campinas, v. 12, p. 1-35, 2020.



MAIA, João. *Estado, território e imaginação espacial: o caso da Fundação Brasil Central*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

MARTÍNEZ, Ana Teresa. Leer a Bernardo Canal Feijoo. *Trabajo y Sociedad*, Santiago del Estero, n. 19, p. 509-524, 2012.

MARTINS, André Luiz de Miranda. Visões da insuficiência: o Nordeste e o desenvolvimento regional no pensamento social brasileiro. *Revista do IEB*, São Paulo, n. 52, p. 69-88, set./mar. 2011.

MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de. Sobre o Seminário de tropicologia. *Ciência & Trópico*, Recife, v. 11, n. 1, p. 47-69, jan./jun. 1983.

MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de (org.). I CONGRESSO BRASILEIRO DE TROPICOLOGIA – documentação básica. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 1986.

NORMANO, João Frederico. *Evolução econômica do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939.

OLIVEIRA, Fábio Lucas Pimentel de; WERNER, Deborah. *Perspectiva histórica do planejamento regional no Brasil*. Santiago: Nações Unidas, 2014.

OLIVEIRA, Franklin de. *Rio Grande do Sul: um novo Nordeste*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana. Tempos, idéias e lugares: o ensino do planejamento urbano e regional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v. 10, n. 1, p. 49-59, 2008.

ROCHA, Ricardo. *Livros, leituras e bibliotecas: história da arquitetura e da construção luso-brasileira*. São Paulo: Edusp, 2020.

ROMERO, José Luis. *América Latina: as cidades e as ideias*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

SCHEFFER, Sergio Roberto. *A Secretaria dos negócios do Oeste: uma perspectiva de desenvolvimento (1963-1969)*. 2019 Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.

Notas

¹Professor associado na UFSM na graduação em arquitetura e nos Mestrados em Patrimônio Cultural (PPGPC) e em Arquitetura (PPGAÚP). Autor de “Livros, leituras e



bibliotecas: história da arquitetura e construção luso-brasileira” (Edusp, 2020). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7291-2557>.

²Quanto maior a metrópole e mais integrada “externamente” ou internacionalmente, mais “metropolitanos” seus habitantes, que passam a ver os habitantes de cidades menores como “interioranos”. A existência de um “interior” pressupõe um “exterior” e o jogo de palavras é revelador das relações entre regiões interiores exploradas e capitais/metrópoles articuladas, *externamente*, ao sistema mundial de fluxos de mercadorias. Como observa Gilberto Freyre com relação a antiga capital colonial: “o baiano de cidade, isto é, Salvador, acabou por sua vez fazendo de sua condição de homem da capital do Brasil... motivo de supervalorização de origem ou de situação regional. Era como se fosse Salvador a única região civilizada, urbana, polida, do Brasil; e o mais, mato rústico (FREYRE, 1961a, p. 369).

³Ver nota anterior. Ironicamente, o processo histórico de “periferização” do Nordeste ou da antiga capital, Salvador, poderia ser entendido como uma espécie *sui generis* de “interiorização da Metrópole”: a antiga metrópole colonial, articulada *diretamente* à Metrópole portuguesa, a qual prestava contas, é “interiorizada” ou, melhor, “interiorizada”, passando a articular-se *indiretamente* ao exterior, isto é, através da “nova metrópole”, o Rio de Janeiro.

⁴Na época do artigo de Martins, as várias superintendências de desenvolvimento regional, como a Sudene, estavam sendo recriadas pelo governo Lula, com exceção da Sudesul.

⁵O Ifocs foi criado em 1909 e o Dnocs em 1945.

⁶Outra fonte seria a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), com Raúl Prebisch e o próprio Celso Furtado: “A proposta centrada na industrialização trazia implícita a contradição entre a aceleração das taxas de crescimento econômico e a equidade interregional. Um crescimento a taxas mais elevadas poderia ser atingido concentrando-se investimentos nas zonas mais desenvolvidas ... embora sob o risco de ampliação das desigualdades regionais (PIQUET; RIBEIRO; 2008, p. 51).

⁷Para Darcy Ribeiro, uma das qualidades de *Casa-grande e senzala* é sua “amplitude de dimensões regionais” (apud FREYRE, 2001, p. 24), o que dá bem a medida da importância da ideia de região na obra do sociólogo pernambucano – como anota Ribeiro, uma espécie de “estudo de comunidade”, intensivo e de observação “direta”, “na suposição de que as características da sociedade global [brasileira] ali se deixem surpreender” (apud FREYRE, 2001, p. 24). Não à toa, um conjunto de ensaios de Gilberto Freyre, dos anos 1940, leva o título de “região e tradição”.

⁸Não obstante, para Castro “nenhuma tarefa internacional apresenta tantas dificuldades, nem, ao mesmo tempo, é tão promissora para o futuro do mundo como a do desenvolvimento econômico das áreas mais atrasadas, onde os recursos naturais e os potenciais geográficos permaneceram relativamente inexplorados. A integração econômica dessas regiões marginais constitui a única esperança de expansão de nossa economia que está em crise por ter estado muito preocupada com a produção em massa, negligenciando quase completamente o consumo de massa. E, no entanto, a base desse consumo essencial está nos mercados potenciais representados por essas regiões em desenvolvimento, onde se concentram mais de um bilhão e meio de seres humanos” (CASTRO, 1964, p. 654).

⁹A Constituição de 1934 tornara obrigatória a destinação de 4% da receita tributária



federal para a defesa contra a seca no Nordeste, o que foi abolido na Constituição de 1937.

¹⁰Assim, “ficava cada vez mais claro que os desequilíbrios regionais tendiam a se acentuar e que poderiam aumentar, em face dos maciços investimentos de infraestrutura e de indústria pesada decorrentes do programa de metas, que se concentravam principalmente em São Paulo, e isso desencadeava pressões políticas das demais regiões, reclamando tratamento prioritário de desenvolvimento” (CANO apud MARTINS, 2011, p. 82).

¹¹Com base no contato de Freyre com os seminários de Frank Tannembaum na Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos. Tannembaum escreveu uma introdução para a primeira tradução em inglês de *Sobrados e Mocambos* (FREYRE, 1963).

¹²A temática completa do ano de 1977 foi: “Trópico e ecologia atlântico tropical do Recife projetada nos seus planejamentos urbanos, o Recife eurotropical com o porto exportador e importador de significação brasileira, religiões populares do Recife como resposta a ecologia tropical da cidade, o Recife eurotropical na economia inter-regional do Brasil, o recifense Joaquim Nabuco, como escritor lusotropical, o Recife eurotropical ante o problema demográfico do Brasil, o Recife, importância do período nórdico tropical de sua formação, importância do Recife para o mundo tropical através do atual começo de sistematização dos estudos tropicológicos” (MIRANDA, 1986).

¹³Uma crítica tardia ao pensamento de Celso Furtado sobre os dilemas da industrialização brasileira aparece em Barros (2019).

¹⁴Nascido na Rússia, Isaac Ilyich Levin estrudou em São Petersburgo antes de, supostamente, envolver-se com fraudes bancárias na Alemanha. Veio então para o Brasil e adotou o nome João Frederico Normano, transferindo-se depois para os Estados Unidos e vinculando-se à Universidade de Harvard, onde foi diretor associado do *Harvard Bureau of Economic Research in Latin America*.

¹⁵Reverberando as famosas “marchas para o oeste”, quer americana ou brasileira. E, nessa direção, as várias comissões científicas para a localização da nova capital do país, principalmente a partir da Comissão Polli Coelho (1946-1948), podem ser consideradas “ensaaios” de planejamento – ver notas 19 e 21. Sobre a noção de “fronteira” na historiografia americana ver Cronon (1991).

¹⁶No caso brasileiro, o processo de ocupação do norte do Paraná se caracterizou por uma “fase de ocupação planejada ou colonização... iniciada pelo próprio governo do Paraná e, depois, *estendida para a iniciativa privada* – grifo nosso” (GOMES, 2015, p. 92) – cf. tb. nt. 24. Em outras palavras, o Estado nem sempre é o protagonista absoluto da modernização estendida ou apoiada sobre o território, podendo agir “reativamente” no caso de crises e demandas locais, em parceria (Brasília) ou cedendo o protagonismo à iniciativa privada (norte do Paraná). Em qualquer situação, para Correia e Steinke “a expansão da economia capitalista no Brasil, a partir de 1930, de base industrial, exigia a expansão da fronteira agrícola e sua incorporação subordinada ao mercado capitalista” (apud GOMES, 2015, p. 95).

¹⁷Subtítulo do livro *América Latina: as cidades e as ideias* de José Luis Romero (2004).

¹⁸Rojas, que nasceu em Tucumán, havia não obstante se integrado perfeitamente à cultura portenha.



¹⁹Friedman veio para o Brasil em 1955, pela USAID (*United States Agency for International Development*) para lecionar no Curso de Teoria do Planejamento, em Belém do Pará, voltado aos funcionários da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) – sobre sua experiência no curso cf. Friedman (1960). A SPVEA, e outras iniciativas como o Plano do Vale do Rio Doce e o Plano de Aproveitamento das Possibilidades Econômicas do Rio São Francisco, que também remontava à Constituição de 1946 - uma constituição “planejamentista” segundo Benedicto Silva (apud FRIEDAMN, 1960, s/p.) - constituem um conjunto de experiências introdutórias do tema do planejamento regional no Brasil – ver nota 20.

²⁰Sobre exemplares anotados e história da arquitetura consultar Rocha (2020).

²¹Para Oliveira e Werner (2014, p. 8) “Ações públicas anteriores a 1959 já possuíam alguma orientação espacial. Pode-se citar os casos das intervenções baseadas na Constituição de 1946; o SPVEA, plano orientado à valorização da Amazônia; e a criação da Comissão do Vale do rio São Francisco, atual CODEVASF, em 1948. Também relevantes foram as criações do BNB (Banco do Nordeste do Brasil) e do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), instituições que deram suporte financeiro às ações anteriores à SUDENE. Contudo, foi somente com este órgão que se elaborou uma estratégia sistêmica de desenvolvimento regional”. Para Piquet e Ribeiro (2008, p. 51): “No Brasil, a partir da década de 1940, várias foram as tentativas de coordenar, controlar e planejar a economia; mas, até 1956, essas tentativas limitaram-se à formulação de diagnósticos, propostas, medidas setoriais ou de racionalização do processo orçamentário. Até então, o planejamento regional havia se restringido a esforços voltados ao desenvolvimento de bacias hidrográficas e, no plano urbano, a experiências de cidades planejadas segundo princípios do urbanismo funcional-racionalista. É com o Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek (1956 -1961) que tem início, de modo mais consistente, o planejamento governamental”.

²²No que é antecedida pelo caso de Goiânia, no governo de Getúlio Vargas. E somando-se a construção de Goiânia (1933) – lembrando, inclusive, a participação inicial do urbanista moderno Atilio Correa Lima em seu plano – há ainda a experiência da Fundação Brasil Central (1943), analisada em detalhe por João Maia (2012), como “antecedentes” do planejamento regional no Brasil – ver notas 15, 19 e 21.

²³O campo da arquitetura e seus correlatos – paisagismo, planejamento, urbanismo etc – esteve presente nos Seminários de Tropicologia desde, pelo menos, o seminário do ano de 1967 (CARVALHO *et al.*, 1971), cuja temática envolvendo assuntos como “trópico e sociologia, pintura, jardim, estudos geográficos, saúde, traje, indústria”, contou com apresentações ou contribuições aos debates do paisagista e pintor Roberto Burle Marx, do arquiteto e agitador cultural Flávio de Carvalho, do crítico Mario Barata e do pintor João Câmara (CUNHA; GASPAS; SILVA, 2010, p.7). A presença de profissionais voltados aos temas da arquitetura, da paisagem e da cidade, mostrou-se, com efeito, tão frequente nos Seminários, que culminou na realização de um evento específico de caráter nacional, o I Seminário Nacional Arquitetura nos Trópicos (FREYRE *et al*, 1985), ocorrido no ano de 1984. Nele estavam presentes nomes como os do próprio Gilberto Freyre, do historiador da arquitetura Geraldo Gomes da Silva e de ninguém menos do que o arquiteto, recentemente falecido, Paulo Mendes da Rocha.

²⁴Para Oliveira (1961, p. 34) “em função da lei de cissiparidade que preside a política de desenvolvimento econômico implantada no Brasil pelo Presidente Kubitschek. Com ele,



inquestionavelmente, começamos a crescer mais do que sob qualquer outro governo, mas crescer sobre e com a divisão do próprio corpo do país”.

²⁵E, uma vez mais, encontramos um precedente no governo Vargas, na criação e breve existência (1943-1946) do território do Iguaçu, abrangendo o oeste de Santa Catarina e do Paraná, com a capital, atual Laranjeiras do Sul, localizada neste último.

Ricardo de Souza Rocha
Do velho ao novo Nordeste:
região, cultura e planejamento de
Gilberto Freyre a Franklin de Oliveira